TL1561

GRUPO PARLAMENTAR
DO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Declaração Política
do Deputado
Miguel Urbano Rodrigues
Sessão Plenária do Dia
2 de Março de 1994
PAOD

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

A transmissão pela RTP da reportagem sobre a sequência criminosa do massacre de Santa Cruz emocionou o povo português, avivando na consciência social a memória do martírio da nação maubere.

Duas evidências, complementares e antagónicas, ganharam transparência nos últimos dias:

1. O Governo português não faz tudo o que está ao seu alcance;

2. O povo português acredita que se pode e deve levar mais longe a solidariedade;

Senhores Deputados:

Na noite da transmissão do filme relativo aos crimes cometidos no hospital de Dili em Novembro de 1991, o Primeiro Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros emitiram opiniões que foram recebidas com justificado espanto pela opinião pública. Ambos afirmaram que já tinhamconhecimento dos factos relatados pelo jornalista Max Stahl. É uma confissão que coloca o Executivo numa postura mais do que incómoda. Cabe perguntar por que não informaram imediatamente o povo português e o mundo da chacina do hospital quando dela tomaram conhecimento?

Senhores Deputados:

Qual o motivo do sigilo oficial sobre acontecimento tão grave que certamente teria (e teve) repercussão internacional muito desfavorável à ditadura indonésia?

Interrogado sobre as eventuais consequências políticas da matança dos feridos e moribundos, o Primeiro Ministro admitiu que a divulgação dos factos irá contribuir para o reforço da pressão da comunidade internacional em defesa dos direitos humanos. Não pronunciou, porém, a palavra autodeterminação. A luta desigual e

trágica travada pelo povo maubere não o levou a expressar o óbvio. Não disse que uma comunidade nacional capaz de se bater há quase duas décadas com tamanha tenacidade e heroísmo contra um ocupante bárbaro, combate, na perspectiva da história, pelo seu direiro à autodeterminação e à independência.

Senhor Presidente:

Não subestimamos, no PCP, as enormes dificuldades que têm impedido um consenso susceptível de nos aproximar de uma solução justa que respeite o direito à autodeterminação do povo maubere, reconhecido por Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Jacarta conta com apoios poderosos. Em primeiro lugar o dos EUA que reconhecem como facto consumado a transformação de Timor Leste em Província Indonésia. A posição dos EUA, a da Austrália a do Japão e a da Gra-Bretanha pesam - devemos ser realistas - na impaciência crescente - direi mesmo a ambiguidade - do secretário geral Butros Ghali. O seu representante, senhor Vendrell, em recente visita a Lisboa, deixou claríssimo que para o secretário geral a única via aberta a iniciativas úteis é a defesa dos direitos humanos.

Senhores Deputados.

O Grupo Parlamentar do PCP considera essa atitude simplista e

capituladora. Não se deve subestimar a hipótese de o secretário geral da ONU dar por finda a sua responsabilidade pessoal no processo timorense e remeter o mandato recebido à Assembleia Geral, na qual uma votação neste momento dificilmente seria favorável à causa do povo maubere. É também um facto que Portugal suporta pressões fortissimas dos parceiros comunitários. Estamos praticamente isolados em Bruxelas; o Conselho de Ministros e a Comissão mostram-se cada vez menos dispostos a aceitar restrições de qualquer natureza no seu relacionamento político e económico com a Indonésia, país que emerge como um gigante na Região do planeta onde é mais elevada a taxa média do crescimento do PIB.

Essa atitude dos membros da União Europeia certamente contribuiu para neutralizar em grande parte os efeitos políticos do choque emocional que na Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra, desencadeou o filme que também vimos em Lisboa. O adiamento da análise da situação em Timor Leste, o ponto 12 da Ordem de Trabalhos, é esclarecedor da força da obstrução.

Senhores Deputados,

Para o meu Partido, seria grave inferir daí que nada se pode fazer a nível do Governo, fora da área dos direitos humanos. Tal conclusão é imcompatível com a nossa concepção da História e da Política.

Adriano Moreira tem razão ao repetir que a questão de Timor Leste é um problema da Comunidade Internacional. Mas é igualmente óbvio que, se não for Portugal a tomar iniciativas adequadas, agindo com imaginação e firmeza, a Comunidade Internacional nada fará para evitar que o debate ultrapasse o terreno dos direitos humanos. Os chamados Grandes estão ansiosos para que o dossier seja esquecido.

Que fazer então?

Ir sempre até à fronteira de possível, situarmo-nos nela sem romantismos, mas também sem temor de ferir susceptibilidades. Recordo, senhores deputados, como exemplo do tipo de reação que serve ao adversário, um episódio que teve por cenário este hemiciclo de São Bento, quando o ex-ministro João de Deus Pinheiro, então deputado por poucos dias, sugeriu a supressão de algumas palavras num voto da Assembleia da República redigido pelo presidente Barbosa de Melo, para harmonizar e fundir textos propostos pelos diferentes partidos. Ora todos sabemos que o presidente da Assembleia não esbanja adjectivos nem cultiva um estilo agressivo.

Cito o episódio como exemplo da tendência do Governo para se situar aquém da fronteira do possível quando se discute a questão de Timor.

Senhores Deputados,

Não se trata, sublinho, de pôr termo ao diálogo com a Indonésia.

Cortar essa ponte seria negativo para a defesa dos direitos humanos no território.

Trata-se apenas de recusar a estratégia do medo, o que exige o fim da política das cumplicidades e dos silêncios. Seremos mais respeitados e ouvidos se actuarmos com coerência e autenticidade.

A aparente flexibilidade táctica ensaiada pela Indonésia nos últimos meses resulta dialecticamente da fragilidade na sua frente interna. Jacarta fala agora da conveniência de se criar um clima de confianç recíproca no diálogo oficial com Portugal, não porque tenha alterado a sua posição de fundo, intransigentemente anexionista, mas por ter consciência de que o apoio directo e indirecto recebido de governos ocidentais não está a ser suficiente para compensar os efeitos de uma solidariedade internacional com Timor Leste cada vez mais forte e alargada. Não há hoje praticamente Conferência ou Encontro internacional importante, ou reunião de ONG's, onde a questão de Timor Leste não esteja presente, mobilizando esforços traduzidos em iniciativas de repercussão. Tomadas de posição do Parlamento Europeu, da Assembleia Parlamentar da UEO e campanhas desenvolvidas nos EUA, na Europa, na Asia e na América Latina contribuiram para uma melhor informação da opinião pública mundial. Sem essa mudança qualitativa não teria sido possível que o Senado dos EUA se tivesse pronunciado pela redução da cooperação militar com a Indonésia. Conseguiu-se inclusivé que um país islâmico como a Jordânia cancelasse a venda de aviões de combate ao governo de Jacarta.

GRUPO PARLAMENTAR
DO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Contrastando com um conjunto cada vez mais diversificado e significativo de iniciativas de solidariedade activa ao povo maubere, o Governo português acomoda-se na passividade.

Recordo duas situações que iluminam bem essa vocação do Governo para ficar quieto e calado, quando se lhe abrem oportunidades para desmascarar a ditadura indonésia.

1. O Governo não explorou a declaração hipócrita do general Suharto na Cimeira dos Não Alinhados, quando o ditador indonésio, que a ela presidiu, defendeu o direito sem restrições à autodeterminação dos povos invadidos e agredidos por vizinhos poderosos. Aludia à Palestina e à Bósnia, mas não disse, obviamente, uma palavra sobre Timor.

O Governo permaneceu também mudo quando em Paris, elementos da polícia política da Indonésia agrediram portugueses e timorenses que se manifestavam durante a visita a França de Suharto. Foi uma situação que indignou a comunidade portuguesa daquele país, mas não mereceu uma só palavra do Governo Cavaco.

Foi aliás pena que durante a recente visita a Lisboa do ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, que coincidiu com a transmissão

do filme sobre a chacina do hospital de Dili, não se tivesse avivado a memória do senhor Douglas Hurd. Teria sido útil lembrar-lhe a opinião do diplomata britânico Gordon Dunan (que ao tempo servia na Embaixada de Jacarta) emitida antes da invasão de Timor. Após uma visita ao território, esse senhor condensou nestas palavras o pensamento do Foreign Office. Cito: "É do interesse da Inglaterra que a Indonésia absorva o território logo que possível, com o menor espalhafato e, se houver problemas com as Nações Unidas, devemos manter a cabeça baixa e evitar tomar posição contra o governo indonésio".

Transcorridos 19 anos, o Reino Unido é um dos maiores fornecedores de armas à Indonésia.

Senhores Deputados

O Washington Post, que à temática de Timor tem dedicado excelentes editoriais, deu uma lição indirecta ao Primeiro Ministro e ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal ao qualificar de modesto passo em frente palavras do presidente Clinton alusivas a violações de direitos humanos em Timor. O influente diário americano achou pouco, e com razão. "É preciso – escreveu – responsabilizar a Indonésia pelo roubo da independência de Timor Leste"!

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

O Governo não somente é omisso em situações que exigiriam da sua parte uma clara definição, como nada faz para tomar ou apoiar iniciativas que poderiam contribuir para dinamizar e ampliar a solidariedade internacional.

A ideia de uma grande conferência internacional sobre Timor Leste, que trouxesse a Portugal destacadas personalidades de dezenas de países, é antiga. Dando-lhe forma no âmbito da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP, imediatamente após o massacre de Santa Cruz, apresentou um Projecto de Resolução com esse objectivo. Pretendia-se reunir em Lisboa, por iniciativa da nossa Assembleia , parlamentares de todo o mundo para um debate sobre a questão de Timor Leste que seria a maior manifestação de solidariedade já realizada. Esse projecto, entretanto, não foi ainda agendado.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

O Grupo Parlamentar do PCP entende que tal projecto ganhou ainda mais actualidade com a revelação dos crimes do hospital de Dili divulgados pelo jornalista Max Stahl. Vamos insistir pelo agendamento e discussão no plenário.

Promovendo essa Conferência, a Assembleia da República imprimiria a força das coisas concretas à solidariedade formal dos princípios. Da palavra faria acto, na mais bela e fraternal das ajudas ao povo maubere.

Disse.